

**JORNALISMO DOUTRINÁRIO: Política e estética nas crônicas de Lycídio Paes**

Regina Maria dos Santos

(UFG/Campus Avançado de Catalão )

*"Eu e meu público nos entendemos muito bem: ele não ouve o que digo, e eu não digo o que ele quer ouvir" <sup>1</sup>*

O jornalista Lycídio Paes era defensor do jornalismo doutrinário, nesse sentido, constrói uma visão peculiar de política. O cronista possibilita-nos observar o jornal como meio de expressão de idéias e veículo que, em sua forma e conteúdo, tem dimensões políticas aliadas às estéticas<sup>2</sup>.

Para Harry Pross<sup>3</sup>, forma e realização são inseparáveis. A forma é propriedade individual e intelectual. Forma é liberdade, e, portanto, podemos dizer, criação. A crônica escrita por Lycídio Paes não é meramente o resultado de uma reflexão sobre o gênero, mas criação e recriação constantes, na incorporação de novas palavras, na alteração gráfica e tipográfica das palavras, nos recursos estilísticos utilizados como a metáfora, a metalinguagem, a digressão.

Podemos compreender que há também uma política da forma expressa nas imposições governamentais, que obrigam a simplificação ortográfica, nas novas escolas literárias, que propõe novos ritmos à poesia e a prosa, e ainda na censura aos meios de comunicação que exige sutileza e leveza por parte dos cronista ao tratar de certos temas.

O cronista produz a *crônica-mosaico*, na qual são tratados vários temas que misturam considerações comuns do cotidiano a questões políticas relevantes. E ainda é possível citar o aspecto dialógico da crônica, já que, ao propor uma doutrina, o cronista tem de lidar com o leitor nem sempre aberto às suas conjecturas.

O que nos chama a atenção é que a crônica é um dos espaços de maior aproximação entre autor e leitor no espaço do jornal. Aspectos como a leitura modular e fragmentada do jornal e a imediata repercussão do que é escrito, obriga o cronista a trazer, para dentro da crônica, o seu diálogo com o leitor.

Bakhtin chama atenção para o aspecto dialógico do texto, e o caráter interindividual da palavra (em geral, o signo), já que tudo o que é dito ou expresso não pertence com exclusividade ao locutor: "O autor ( o locutor) tem seus direitos imprescindíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos ( não existe palavra que não seja de alguém)."<sup>4</sup>

Essa preocupação com a palavra leva os historiadores a enfocarem a importância de fazer a história da leitura, apontando para as peculiaridades e complexidades envolvidas nesse processo, que vai do oral ao escrito, da leitura em voz alta à leitura silenciosa, e que envolve, além de tudo, a própria prática de impressão dos textos.

O historiador Robert Darnton considera que a leitura tem uma história tão complexa quanto a história do pensamento, chegando a sugerir que Lutero, ao ler Paulo, Marx, ao ler Hegel, Mao, ao ler Marx, alteraram o curso da história. Mas como entender esse leitor mutável, que interpreta textos variados, questiona-se Darnton: "se conseguíssemos compreender como ele lia, poderíamos compreender melhor como ele entendia a vida, e, por essa via – a via histórica , quem sabe chegaríamos a satisfazer uma parte de nosso anseio por um sentido."<sup>5</sup>

Darnton cita como exemplo para recuperar a história da leitura a pesquisa desenvolvida por Carlo Guinzburg sobre um moleiro do século XVI, acusado de heresia pela Inquisição. Guinzburg aponta, com essa pesquisa, a possibilidade de perceber a importância da leitura e o cruzamento desta forma de saber com o que, até então, era expresso oralmente, levantando a seguinte questão: "Em que medida a cultura predominantemente oral daqueles leitores interferia na fruição do texto, modificando-o, remodelando-o, chegando a alterar a sua natureza?"<sup>6</sup>

O historiador Roger Chartier propõe uma simples questão de como um texto, que é o mesmo para todos os que lêem, pode transformar-se em instrumento de discórdia e briga entre seus leitores, criando divergências e levando cada

um a ter uma opinião diferente sobre o que leu. Para Chartier, “ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares não redutíveis às interações dos autores dos textos ou dos produtos dos livros.”<sup>7</sup>. Desta forma tentaremos compreender a dimensão conflituosa do jornalismo doutrinário e a interpretação autônoma do leitor.

Essa autonomia do leitor leva-nos a contemplar uma pluralidade de leituras feitas a partir dos jornais e, mais especificamente, das crônicas de Lycídio Paes. Chartier observa, ainda, que o leitor encontra-se inscrito no texto, mas o texto inscreve-se de múltiplas formas em seus diversos leitores. Lycídio Paes traça um diálogo constante com seus leitores, demonstrando a pluralidade de suas atitudes.

Quem escreve para jornais sempre recebe, ou por intermédio de cartas, ou verbalmente, manifestações sobre os conceitos que expende. São aplausos às vezes, às vezes são restrições, e também costumam resvalar para contumélias. De qualquer forma, até nesta última hipótese, tais mensagens satisfazem, porque quem escreve deseja ser lido e essa é uma maneira de aferir o grau de receptividade que possam ter as nossas opiniões ou os nossos comentários.<sup>8</sup>

É nesse sentido que procuraremos compreender como, em suas crônicas, Lycídio Paes elabora um pensamento político moldado pelas conjunturas e, ao mesmo tempo, reflexo de uma vivência e do diálogo, nem sempre ameno, com seus leitores.

Para Lycídio Paes, “política é ideologia, é ciência, é doutrina, é programa, e não pode ter interferência nas relações pessoais.”<sup>9</sup> Desta forma, nosso objetivo é apresentar a leitura que o cronista realiza de alguns momentos da história, partindo de suas concepções ideológicas e também estéticas, e como, diante das transformações e mudanças sociais, aborda e discute com seus leitores temas polêmicos.

A concepção de língua inscrita no pensamento do cronista é também uma concepção de sociedade e de projeto de sociedade. Diante disso, a língua e seu domínio são os meios pelos quais a sociedade conseguirá efetivar um projeto político de mudança social, mediado pelo jornal.

Portanto, percebemos conceitos ideológicos fundamentais tratados pelo cronista ao longo de seu percurso jornalístico. Podemos observar também o embate físico das idéias que culminam na violência. E, além disso, a liberdade de pensamento e expressão e o seu oposto, que é a censura, considerando-a violência simbólica.

Lycídio Paes destaca o prestígio da imprensa como orientadora da opinião pública. Em momentos específicos, como a campanha da independência, da abolição, da república e de outros movimentos de segunda ordem, a influência da imprensa se manifesta, segundo o cronista, sob dois aspectos: o doutrinário e o informativo.

No entanto, lamenta o cronista que o jornal venha se tornando mais informativo que doutrinário, porque, segundo sua opinião, o jornal é útil à coletividade não somente quando a agrada, mas: “é aquele que enfrentando a impopularidade conserva os seus pontos de vista até alcançar a vitória ou ser esmagado na derrota.”<sup>10</sup> Complementa o cronista que ser útil não significa ser agradável:

Da mesma forma a imprensa que lisonjeia a opinião pública, aplaudindo ou adulando as suas paixões, soprando a chama dos seus efêmeros exaltamentos, despejando combustível da irreflexão no motor da inconsciência anônima, será um cúmplice dos efeitos que desnorteiam a sociedade.<sup>11</sup>

Esta citação deixa bastante claro o aspecto político de sua atuação profissional. O cronista não procura a popularidade, o elogio fácil, mas construir verbalmente um projeto de sociedade. Isto, sem dúvida, explica as críticas contundentes que faz aos anúncios e à transformação dos jornais em empresas lucrativas.

No estudo de Maria Helena Capelato sobre a imprensa paulista na década de 20, a autora sintetiza que a imprensa tinha, com relação à opinião pública, a dupla tarefa de controlar os abusos cometidos pelo governo e, ao mesmo tempo, impedir a revolta do povo potencialmente rebelde.

Por isso, as mensagens dirigidas aos governados e aos governantes eram distintas. Com relação aos primeiros, criticavam os erros por meio de um discurso moralizante, aos últimos, enfatizavam a ordem e o respeito à organização social. Procurava-se formar a opinião pública, com conteúdo nitidamente educador.

A imprensa, desta forma, exerce uma dimensão pedagógica. Comenta a autora "os representantes dos jornais que se auto definiram como doutrinadores, orientadores, formadores e modeladores da opinião pública, pretendiam controlar a capacidade de pressão da opinião pública, ou seja, dos setores populares."<sup>12</sup>

As referências na formação do ponto de vista de Lycidio Paes sobre o jornalismo doutrinário vem de sua infância, quando o cronista conta que seu pai recebeu, em sua casa, a visita de um jornalista português de nome Ponte e Cordeiro ao lado de um negro.

Esse negro era José do Patrocínio, e o seu nome começou a ser pronunciado na casa de Lycidio Paes. Quando o cronista começou a ler os jornais, o gênio de José do Patrocínio deslumbrou o seu espírito. Lycidio Paes comenta: "O negro que eu vira com desdém tornara-se para mim um semideus cuja imaginação desferia chispas vulcânicas e cuja pena desenhava períodos de fogo."<sup>13</sup>

Na realidade, o jornal foi o segundo meio do qual se valeu Lycidio Paes para divulgar seu projeto de sociedade. O cronista era, também, educador e foi assim que chegou a Uberabinha, hoje Uberlândia-MG, na década de 20, como diretor do grupo escolar Bueno Brandão.

Contudo, logo começou a escrever em jornais tratando de temas polêmicos, como o feminismo, o divórcio e a pena de morte.

É interessante destacar aqui alguns aspectos que o acompanham em sua trajetória profissional e política. Lycidio Paes, por diversas vezes, auto-intitulou-se um opositor que sempre aposta na reconciliação:

O meu temperamento é medularmente combativo; mas a minha veemência nunca consentiu que as suas arestas prejudicasse o conceito de honradez e alimentasse o germen da iniquidade. E assim ao combater atos do chefe goiano, jamais lhe neguei as virtudes ou deixei de reconhecer a excelência de outros atos.<sup>14</sup>

Diante disso, várias vezes, o cronista foi incompreendido e acusado de incoerente, ao que responde: "não tenho a presunção de ser nenhum paradigma da raça humana. Entre os meus defeitos, que serão muitos, poderão certamente estar incluídos diversos casos de incoerência, apesar do meu esforço para evitá-los."<sup>15</sup>

Lycidio Paes considera-se opositor por temperamento, patriotismo e decência, mas não por sistema. Tanto é que escreve para "rasgar" um elogio ao presidente da República Sr. Eurico Gaspar Dutra, embora o culpe pela vigência duradoura do fascismo brasileiro.<sup>16</sup>

Em outros momentos o cronista faz questão de reafirmar a sua tendência opositora e o seu não comprometimento partidário, embora tenha participado convictamente da política na década de 20, como defensor dos "coiós", em 1930, da Aliança Liberal e, em 1964, dos rumos do governo militar. Lycidio Paes afirma:

Sou opositor quase sistematicamente, como outros são governistas seja qual for o governo.(...) Quando os meus correligionários vencem as eleições e vão para o governo, eu deixo-me ficar no mesmo lugar e tomo atitude contra eles, porque eles, geralmente, põem-se a praticar os mesmos destinos que os antagonistas estavam praticando.<sup>17</sup>

Nos anos 1940 e 1950, quando escreve para o jornal o Correio de Uberlândia, em que assume a defesa dos postulados udenistas, Lycídio Paes comenta não ter, sobre a legenda da UDN, compromisso algum, apesar de dar sua preferência por ser oposição à mentalidade política da ditadura getulista. Mas, pondera o cronista que a UDN cometeu erros graves como o apoio à candidatura de Juarez Távora e Jânio Quadros à presidência da República e ao pessedista uberlandense Afrânio Rodrigues da Cunha para a prefeitura.<sup>18</sup>

Em julho de 1965, Lycídio Paes expõe uma mesma crônica que fora publicada também em 1936 com o título "Um diploma" na qual revela sua incapacidade para tratar de certos temas, mostrando que, em diversas áreas, se confunde, embora passe algumas vezes por bacharel. Ao final da crônica, sentencia: "Em política, ora sou republicano de 89, ora dissidente de 30, ora revolucionário de 31 de março, ora um saudosista do partido coió, ora um anarquista aposentado..."<sup>19</sup>

As desilusões políticas, tanto em 1930 como em 1964, com as manobras autoritárias ao poder, fazem-no considerar-se um anarquista aposentado. Segundo Norberto Bobbio, para os anarquistas, o Estado é um mal absoluto, que deve ser eliminado, enquanto que, para os liberais, o Estado é um mal necessário, que deve ser considerado dentro de limites restritos.<sup>20</sup> Isto explica por que, seja na década de 30 com a ditadura Vargas, seja nos anos 60 com a ditadura militar, Lycídio Paes confessou-se um cético com relação ao Estado e ao poder.<sup>21</sup>

De acordo com Cláudio Mello e Souza, a imprensa do século XX vai diferir-se do século anterior não apenas com relação ao conteúdo. Os temas políticos ainda predominam, mas há, porém, uma certa mudança. As teses e as doutrinas políticas vão sendo substituídas pela veiculação dos fatos, o que torna os jornais mais noticiosos. Mas, segundo o autor: "Acontece que, no fundo, os fatos políticos tendem a se confundir com os homens que o fazem, mais uma vez a imprensa ocupa-se desses homens para elogiá-los, conforme o caso."<sup>22</sup>

Todavia, se nas concepções do cronista, o jornal não deve jamais abrir mão de seu aspecto doutrinário, expor suas idéias e conceitos, este também não deixa de questionar o próprio sentido da política e a ação daqueles a quem defendeu.

Nesse sentido, podemos considerar que Lycídio Paes foi um liberal peculiar, um democrata à sua maneira, e, muitas vezes, um anarquista arrependido.

O cronista nunca deixou, porém, de preocupar-se com o leitor, afirmando com sinceridade sobre suas dúvidas, seus arrependimentos. Portanto, o jornalismo doutrinário, assim como o compreendia o cronista, não deveria deixar de levar em conta os fatos em detrimento das teorias. E cada fato novo, com certeza, proporia uma nova interpretação.

No estudo de Maria de Lourdes Mônaco Janotti sobre o jornalista e historiador João Francisco Lisboa, a autora chega à conclusão de que ele fora, a princípio, um liberal exaltado, posteriormente um moderado, e, ao abandonar o jornalismo, um 'conformado'.<sup>23</sup> O pesquisador José Carlos Reis, ao analisar a obra de Sérgio Buarque de Holanda, considera que este historiador parece definir-se, nos anos de 1930, como um democrata-liberal, que acredita em valores como a cidadania e quer para o Brasil uma constituição que estabilize as relações sociais. Mas, sustenta Reis:

teses como felicidade para o maior número, direitos civis para o maior número, estrutura social que integra e não exclui, mundo social submetido a regras impessoais e universais são também teses socialistas, de um socialismo democrático, pioneiro em um mundo dominado pelo modelo soviético superautoritário.<sup>24</sup>

Comenta ainda Reis que Sérgio Buarque de Holanda assumiu posições socialistas em suas intenções políticas concretas, sendo candidato pelo Partido Socialista e simpatizante do Partido dos Trabalhadores. Com esses exemplos, podemos inferir que o pensamento liberal no Brasil não pode ser compreendido de forma homogênea, mas deve ser visto em suas particularidades pelos sujeitos que o postulam e o momento em que escrevem.

O historiador Robert Darnton polemizando ainda mais o tema, observa ser comum atribuir aos jornalistas a tendência de serem liberais ou democratas, e, como eleitores, serem de esquerda “Mas como repórteres geralmente me pareciam hostis a ideologias, desconfiando das abstrações, céticos quanto aos princípios, sensíveis ao concreto e ao complexo, e portanto, capazes de entender, se não aceitar o *status quo*”. (1990:83)

Tomando a discussão enfrentada por Capelato sobre a pertinência do ideário liberal burguês no Brasil, compreendemos que essas formulações expressam a complexidade do tratamento da questão, que resulta da incorporação de teorias elaboradas de acordo com outras situações e sua "simples" aplicação sobre nossa realidade.

O ideário liberal não se aplica diante de sua simples divulgação e defesa pelos jornalistas, os leitores e atores sociais reinterpretem-no, discutem-no, agem e até os ignoram, conforme as próprias circunstâncias e os parâmetros de sua compreensão.

Na análise que aqui procedemos, todas as ambigüidades do pensamento do cronista diante dos fatos são relevantes para demonstrar que as idéias não estão somente 'fora', mas também 'dentro' do lugar, e é nessa fricção e tensão constantes que os caminhos da história do Brasil têm sido trilhados. Para além do desejo racional da visão positiva da "Ordem e do Progresso", o caos, o desvio, o erro e o acaso tornam-se co-participantes no desenho dessa história fatalmente original

---

<sup>1</sup> KRAUS, Karl. *Ditos e Desditos*. Trad. Márcio Suzuki e Werner Loewenberg. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.155

<sup>2</sup> Dentre os trabalhos históricos que privilegiam o jornal como documento, é importante citar a obra de Arnaldo Daraia Contier, que realiza um estudo do vocabulário político e social de agentes sociais no Primeiro Reinado, com o objetivo de diagnosticar os matizes ideológicos dominantes. Contier preocupa-se com os campos conceituais das lexias utilizados por redatores de jornais de diversas tendências políticas. Nesse sentido, o código político expresso nas análises sintático-semânticas possibilitou compreender as articulações ideológicas dominantes no período. Ao valorizar o estudo da linguagem, o historiador pondera: "o estudo da linguagem associa-se aos *acontecimentos* históricos segundo princípio de uma correspondência geral(...) Verifica-se que as mudanças de sentido das lexias não podem ser explicadas através de teorias propriamente lingüísticas, na medida em que as contradições do processo histórico refletem-se na estrutura de uma determinada língua."( CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842*; matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes/Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979, p.17) O pesquisador José Ribamar Ferreira Jr.(*A Arena da Palavra: parlamentarismo em debate na imprensa maranhense. 1961-1963*. São Paulo: Annablume, em seu trabalho sobre a imprensa maranhense, nos anos 60, também procura penetrar na linguagem jornalística por meio da análise dos eixos lexicais e sintáticos enfocando o debate parlamentarista, revelando que a oposição de conteúdos não corresponde a uma alteração na forma, o que, sob certo aspecto, colabora para a manutenção das estruturas políticas locais. Nosso trabalho não trata de buscar a correspondência entre os fenômenos lingüísticos e a forma de pensar de grupos dominantes, mas com a pertinência formal da crônica, que deveria tratar de temas leves do cotidiano, abordar, também, temas políticos.

<sup>3</sup> PROSS, Harry. *A Sociedade do Protesto*. Vol.I. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Annablume, 1997, p.73.

<sup>4</sup> BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G.G. Pereira. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997, P.350

<sup>5</sup> DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 172

<sup>6</sup> Guinzburg consegue constatar que Menochio havia lido histórias bíblicas, crônicas, relatos de viajantes, dentre outros. Essa pesquisa revela, assim, a impressionante convergência do pensamento e das posições de um moleiro do século XVI e de grupos intelectuais refinados do mesmo período, o que permite observar o conceito de circularidade cultural tal como Bakhtin formulara. A partir desse conceito, podemos entender como Menochio articula sua linguagem ao que está historicamente à sua disposição. GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Trad. Maria Bethânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, P.29

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leitura. In: Hunt, Lyn (org) *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.214

<sup>8</sup> PAES, Lycídio. Artiguinhos, *Correio de Uberlândia*, 11/12/1969, p.7.

<sup>9</sup> PAES, Lycídio. Muitas são as vilanias praticadas pelos homens públicos. *Correio de Uberlândia*, 01/02/1958, p.1-6. O cronista critica a formulação de 'política de amizade', que fundamenta uma visão demagógica e não ideológica de política.

<sup>10</sup> PAES, Lycídio. Influência da imprensa na vida coletiva. *O Repórter*, 25/06/1941, p.5.

<sup>11</sup> Ibid

<sup>12</sup> CAPELATO, Maria Helena R. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista ( 1920-1945) . In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 12, nº 23/24, set 91/92, p.63-4

<sup>13</sup> PAES, Lycídio. Centenário de um negro. *Correio de Uberlândia*, 08/10/1953, p.1.

<sup>14</sup> PAES, Lycídio. O batismo de Goiânia. *O Repórter*, 07/02/1942, p.3. O chefe a quem se refere é Pedro Ludovico, nomeado interventor de Goiás por Getúlio Vargas.

<sup>15</sup> PAES, Lycídio. A ética profissional. *O Bandeirantes*, 11/09/1937, p.2.

<sup>16</sup> PAES, Lycídio. Farra, decência e outros pormenores. *O Repórter*, 29/01/1947, p.2.

<sup>17</sup> PAES, Lycídio. A rapadura. *Correio de Uberlândia*, 28/01/1956 (a/c.)

<sup>18</sup> PAES, Lycídio. Candidatura desta casa. *Correio de Uberlândia*, 13/05/1962.

<sup>19</sup> PAES, Lycídio. Bacharel. *Correio de Uberlândia*, 20-21/07/1965, p.3 e 5.

<sup>20</sup> BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 89.

<sup>21</sup> Lycídio Paes faz um cotejo entre a revolução de 30 ( afirmando que seus vencedores estiveram no poder durante 34 anos) e a revolução de 64. Segundo o cronista, ambos foram movimentos de caráter popular, embora em seu preparo e execução participassem elementos militares. Em 30, afirma o cronista que o governo foi entregue a um civil que se transformou em déspota e só abandonou o poder impelido por forças revoltadas com o seu desmando. Em 64, assume o governo um militar com vocação legalista. Tanto em 30, como em 64, os brasileiros encheram-se de esperança de uma nova era de justiça, progresso e moralidade. O fracasso de 30 esteve relacionado à mentalidade caudilhesca de Getúlio. Além das arbitrariedades cometidas por Getúlio, a nomeação de parentes para cargos públicos, apesar de proibida, foi enorme. O uso do dinheiro público para favorecer a particulares também foi outra prática. Nesse sentido, "só a 31 de março de 1964 foi posto um paradeiro nesse descabro que conduzia a nação para o abismo." O cronista acredita que, nesse momento, inaugurou-se uma nova ordem das coisas: "Jamais se ouviu falar de nomeação de parentes do presidente, dos ministros e dos interventores.". Percebemos que sutilmente o cronista chama atenção para o que deveria prevalecer, o bom uso do dinheiro público, o fim do nepotismo e as eleições. PAES, Lycídio. Cotejo impressionante. *Correio de Uberlândia*, 22-23/08/1965, p.3-4.

<sup>22</sup> MELLO e SOUZA, Cláudio. *Impressões do Brasil*. São Paulo: Praxis Artes Gráficas Ltda, 1986.

<sup>23</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo, Ática, 1977, p.231

<sup>24</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p.138